

1968 NOS LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA MEMÓRIA EM AÇÃO

Adjovanes Thadeu Silva de Almeida

Resumo: O presente texto tem por objetivo analisar como os livros didáticos da 8ª série (atual 9º ano) do Ensino Fundamental publicados entre a década de 1990 e o início do século XXI abordaram a temática 1968, relacionando tal utilização aos conceitos de Memória e Comemoração.

Palavras chaves – Ensino fundamental; Livro didático, Memória

1968 IN THE ELEMENTARY SCHOOL TEXTBOOKS: A MEMORY IN ACTION

Abstract: This paper aims at analyzing how the textbooks of eighth graders (current year 9) Elementary School published between the 1990s and early twenty-first century approached the issue in 1968, relating this use to the concepts of Memory and Commemoration.

Keywords - Elementary, Textbooks, Memory

O presente texto tem por objetivo analisar como os livros didáticos da 8ª série (atual 9º ano) do Ensino Fundamental publicados entre a década de 1990 e o início do século XXI abordaram a temática 1968, relacionando tal utilização aos conceitos de **Memória** e **Comemoração**. Assim, foram selecionados os seguintes livros didáticos: Gilberto Cotrim,ⁱ Mário Schmidt,ⁱⁱ Joelza Rodrigue,ⁱⁱⁱ Néelson Piletti^{iv} e Adhemar Marques.^v

Um dos critérios utilizados, além do recorte cronológico, refere-se ao fato de todos eles terem sido selecionados pelas diferentes redes de escolas públicas (municipal, estadual ou

federal), recebendo, desta maneira, uma dupla chancela oficial: por um lado, através do MEC, que pré-selecionou tais obras no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD); e, de outro, dos diferentes sistemas de ensino, ao utilizarem os referidos livros.

Dos livros selecionados, *Caminhos do Homem* é o mais sintético de todos, praticamente não abordando o tema em questão. Assim, os autores deste livro priorizaram uma análise estrutural, enfatizando os aspectos econômico e social. Nesta obra, a política aparece como elemento secundário, o que faz com que 1968 seja eclipsado diante da “modernização conservadora” implementada pelo regime militar. Desta forma, o AI-5 ocorreu em reação à atuação estudantil, quando haveria uma “*contestação generalizada ao regime, através de passeatas, greves, manifestações de intelectuais e do Congresso*”.^{vi} Assim, houve uma espécie de “naturalização” da adoção do AI-5, quase não transparecendo no texto as pressões de setores específicos das Forças Armadas, que reivindicavam mecanismos mais “eficazes” para o enfrentamento da “subversão”.^{vii} Por outro lado, *Caminhos do Homem* não enfatizou material iconográfico, preferindo utilizar documentos de época ou, ainda, textos de estudiosos sobre o regime militar, como, por exemplo, a letra de “*Pra não dizer que não falei das flores*”^{viii} e uma carta do jurista Sobral Pinto protestando contra a edição do AI-5.^{ix}

Gilberto Cotrim analisou o regime militar a partir de cada um dos governos existentes entre 1964 e 1985. Desta maneira, o autor abordou o governo Costa e Silva, assinalando os principais aspectos do período 1967-1969. É interessante frisar que este autor utiliza algum material iconográfico – como, por exemplo, uma foto da “passeata dos Cem mil” (p. 475).^x Por outro lado, o autor caracteriza o governo Costa e Silva em especial a partir do aspecto político, enfatizando a repressão:

Apesar da repressão policial violenta, estudantes saíram às ruas em passeatas, operários organizaram greves, contra o arrocho salarial, políticos corajosos faziam discursos contra as imposições do governo, padres progressistas pregavam contra a fome do povo e a tortura contra presos políticos.^{xi}

Igualmente, o AI-5 aparece em Gilberto Cotrim também como uma resposta do regime militar às “*pressões da sociedade em favor da democracia*”,^{xii} fazendo a mesma ligação linear entre protestos e AI-5 que os autores de História. Entretanto, Gilberto Cotrim esmiuçou o poder

do AI-5, destacando a abolição do Hábeas-corpus. Ao mesmo tempo, este autor buscou associar as manifestações ocorridas nas principais cidades brasileiras à efervescência que acontecia em outros países e continentes.

A década de 1960 caracterizou-se pela predominância de um espírito de contestação político-cultural, principalmente entre os jovens. (...) O Brasil foi invadido pelo mesmo espírito questionador. Em 1967, com o Tropicalismo de Caetano Veloso e Gilberto Gil, os jovens brasileiros proclamaram que é proibido proibir.^{xiii}

Ora, o autor parece esquecer a estrondosa vaia sofrida por Caetano Veloso no 3º Festival da Música Popular Brasileira (1967), quando ele viu-se obrigado a discutir com a platéia que não lhe permitiu participar da competição. De qualquer modo, o autor buscou uma associação direta – e, talvez, excessiva – entre os acontecimentos internacionais e a realidade brasileira do período, como se pululassem hippies e militantes dos movimentos negro, gay e feminista no Brasil de fins da década de 1960.

No que se refere aos livros destinados ao 9º ano do Ensino Fundamental, temos uma análise detalhada do regime militar, concedendo razoável destaque aos acontecimentos de 1968. Outro aspecto em comum aos livros estudados foi a utilização de muitas imagens, que englobavam múltiplas fontes: caricaturas, fotos de jornais e / ou revistas e desenhos.

O livro de Mário Furley Schmidt abriu o capítulo sobre “A Ditadura Militar no Brasil” com imagens de uma manifestação contrária ao regime militar, onde se destacava uma faixa com os seguintes dizeres: “*Abaixo a ditadura. O povo no poder.*” Ao longo do capítulo, o autor utilizou-se fartamente de imagens que enfatizavam a violência existente no período 1964/85. Assim, por exemplo, Castelo Branco aparece de dedo em riste;^{xiv} a fotografia oficial do presidente Médici (com um aspecto bastante sombrio, diga-se de passagem) vem acompanhada da legenda “*o mais sanguinário de todos*”;^{xv} a foto do corpo ensangüentado de Carlos Marighela é acompanhada da legenda “*poeta e guerrilheiro*”;^{xvi} ademais, o texto exhibe, ainda, um desenho de uma pessoa pendurada no “pau-de-arara” e, ao seu lado, a foto de uma jovem morta sob tortura em que a legenda informa que o crânio foi esmagado,^{xvii} além da foto de Vladimir Herzog enforcado nas dependências do quartel do II Exército.^{xviii} Pelo que podemos perceber, o

autor utilizou as imagens como um recurso analítico, na medida em que elas possibilitariam aos estudantes compreender o capítulo sem a necessidade de ler todo o texto.

Ao mesmo tempo, no item “Das passeatas ao AI-5”, o autor destacou a presença de artistas na Passeata dos Cem mil (Chico Buarque e Edu Lobo), além de associar os protestos brasileiros à conjuntura internacional. Ou seja, os jovens brasileiros ressoariam as manifestações ocorridas na Europa, na América e na Ásia.

A UNE estava proibida, mas na prática continuava existindo. Nas grandes cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo, os estudantes organizavam passeatas de protesto cada vez maiores. Você se lembra de que, no planeta inteiro, 1968 foi o grande ano da contestação dos jovens ao sistema. (...) Para começar, os brasileiros seguiam os passos de seus colegas de Paris, da Califórnia, de Pequim, de Berlim, do México, de Praga, de Tóquio.^{xix}

Ademais, o autor da “Nova História Crítica” faz uma narrativa em que procura descrever, através de palavras, o que não conseguiu explicitar pelas imagens. Assim, por exemplo: as manifestações estudantis paulatinamente

receberam adesão de pessoas que trabalhavam no centro das cidades, como boys, limpadores de rua, operários, desempregados”;^{xx} “na missa de 7º dia [de Édson Luiz], a cavalaria da polícia militar posicionou-se em frente à escadaria da igreja da Candelária. As pessoas que saíam do templo eram impiedosamente espancadas. Um ato religioso pacífico tratado com brutalidade!”;^{xxi} “no dia 21 de junho de 1968, aconteceu a 6ª feira sangrenta. A polícia dissolveu à bala um protesto de estudantes, matando inúmeras pessoas^{xxii}

A ação do governo seria, portanto, apenas uma reação aos protestos de rua, que, de acordo com o autor, tornavam-se cada vez mais populares, englobando pessoas de diversas condições

sociais. De acordo com esta perspectiva, o AI-5 fora adotado, então, em função das manifestações hostis ao regime militar – e não como uma estratégia pensada desde os primeiros tempos do regime militar.^{xxiii}

É interessante observar, ainda, que Mário Schmidt não abordou as motivações dos protestos estudantis (mais vagas nas universidades, por exemplo), preferindo enfatizar a valentia, a rebeldia, enfim, comportamentos que retratariam o espírito de questionamento típico deste momento em diversas partes do planeta, em especial entre os mais jovens.

O livro de Joelza Rodrigue apresenta-se como uma tentativa de equilibrar textos sintéticos com uma quantidade expressiva de imagens e documentos de época (músicas, charges, foto das “Marchadeiras”, incêndio do prédio da UNE, capa da Veja sobre a repressão ao 30º Congresso da UNE em Ibiúna, repressão policial aos participantes da missa de 7º dia de Édson Luiz, Passeata dos 100 mil, entre outras). Simultaneamente, a autora expôs uma breve cronologia da radicalização do regime militar entre o golpe e a adoção do AI-5 (1964 e 1968), além de listar os presidentes do período 1964/85 (sem omitir a Junta Militar e seu período de governo).

É interessante frisar que a autora não procurou justificar a implantação do AI-5 como represália aos protestos estudantis – embora, diga-se de passagem, ela não procure tecer qualquer comentário a respeito das motivações que levaram o regime a fechar-se ainda mais a partir de 13 de dezembro de 1968; neste aspecto, Joelza Rodrigue limitou-se a relatar os protestos e a reação governamental aos mesmos. Tampouco, ela vinculou os protestos brasileiros à conjuntura internacional de 1968 (como fizeram os demais autores pesquisados).

As diferenças encontradas nos vários livros didáticos consultados a respeito do tema 1968 ilustram, sob nossa perspectiva, o debate entre história e memória, o qual constitui parte integrante da análise a respeito do estudo sobre as comemorações (comemoracionismo). De fato, para Henry Rousso, memória significa a existência atual do passado, cuja re-elaboração fundamenta-se na seleção de efemérides, indivíduos e narrativas. Semelhante memória não se restringe ao indivíduo, mas abrange uma coletividade específica, enfatizando as permanências em detrimento das rupturas e forjando, desta forma, uma identidade comum. De acordo com Henry Rousso, existiriam memórias coletivas, que se expressariam através das “*representações do passado observadas em determinada época e em determinado lugar*”.^{xxiv}

Ressalte-se, outrossim, que os estudos sobre a presença da memória coletiva constituem-se, por assim dizer, um elemento que se refere às feridas abertas de uma dada sociedade, isto é, temas candentes propositadamente relegados a planos subalternos, eivados de polêmica e cuja análise suscita algum desconforto social. Além disso, uma das técnicas usuais utilizadas pelos envolvidos em pesquisas referentes à memória coletiva consiste na utilização de entrevistas. Os depoentes portariam informações relevantes à melhor elucidação do objeto pesquisado e, como de resto qualquer fonte histórica, tais relatos não se eximem da crítica documental, que então busca contraditá-lo a outras fontes, daí resultando sejam inconsistências, seja a aceitação do testemunho. Ou seja, a prova testemunhal necessitaria sobreviver ao crivo da crítica historiográfica, não dispondo, portanto, de nenhum “foro especial” que lhe possibilite a aceitação inquestionável por parte do historiador. Por fim, Henry Rousso propõe a dissolução das fronteiras entre memória e história, sinalizando como solução possível a construção de uma história de memória.

Pierre Nora é outro teórico importante para compreendermos os estudos referentes à relação entre memória e história. Contudo, sua análise se distingue do trabalho de Henry Rousso, em particular na definição de memória, entendida por Pierre Nora como “*a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar.*”^{xxv}

Assim, Pierre Nora distinguiu, de forma dicotômica, estas duas áreas: memória e história seriam opostas, a despeito de possuírem a mesma matéria-prima, qual seja, o passado. Desta forma, a memória

é a vida..., está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento..., sempre atual..., se enraíza no concreto”^{xxvi} Em contrapartida, a história consistiria na “reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais..., demanda análise e discurso crítico..., só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas.”^{xxvii}

Sob a perspectiva de Pierre Nora, podemos inferir que a história desconfiaria da memória, por julgá-la desprovida de crítica e, mais ainda, factível de cometer enganos (o que não ocorreria, portanto, com a protegida de Clio). Sob semelhante perspectiva, apenas a história

poderia abordar, legitimamente, o passado, sendo tal legitimidade derivada, grandemente, do estatuto científico que, desde o século XIX, lhe foi associado. A história, e não a memória restitui a ação dos homens ao tempo, fornecendo-lhe sentido, e, portanto, permitindo um melhor entendimento do passado.

Outro autor que possui importante contribuição no debate acerca da relação entre memória e história é Michael Pollak, que priorizou a primeira em detrimento da última. Com efeito, fundamentando-se na obra de Maurice Halbwachs, Pollak se preocupou em analisar a modificação ocorrida nos estudos referentes à memória, migrando da ênfase à estabilidade para a valorização da ruptura. Devemos observar, ainda, que a presença dos silêncios, muitas vezes, pode traduzir-se em resistência à memória oficial (isto é, aquela difundida pelo poder estatal e por suas instituições), e não em um simples esquecimento, deste modo explicitando a oposição entre o Estado (guardião e divulgador da memória oficial) e alguns grupos específica formuladores de uma “memória subterrânea”.^{xxviii}

De acordo com Pollak, a memória auxiliaria na constituição de uma identidade nacional, forjando a interpretação canônica a respeito do passado comum. Fundamentalmente, esta memória possuiria duas funções básicas: “*Manter a coesão interna e defender as fronteiras que um grupo tem em comum*”.^{xxix} Ou seja, a memória deveria unificar a comunidade nacional, ao mesmo tempo em que estabeleceria a especificidade desta coletividade diante dos demais grupamentos presentes, sejam os demais Estados nacionais, sejam grupos minoritários (em termos religiosos, culturais, etc) no interior do próprio país.

Semelhante processo de assimilação dos indivíduos e de grupos específicos na comunidade mais ampla (no caso, o Estado Nação) aconteceria através do enquadramento das minorias, com a incorporação das eventuais rupturas ocorridas ao longo da trajetória histórica.

Assim como a exigência de justificação... limita a falsificação pura e simples do passado na sua reconstrução política, o

trabalho permanente de reinterpretação do passado é contido por uma exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos.^{xxx}

O sucesso da análise historiográfica repousaria então, e em grande parte, na coerência entre os múltiplos discursos elaborados. A produção intelectual realizada nas instituições preservacionistas participaria, muitas vezes, deste esforço para o efetivo enquadramento do passado.

Em outro texto, Pollak analisou as dificuldades e perspectivas da utilização de depoimentos para a recuperação da memória, tecendo algumas considerações sobre a relação entre as duas áreas. Assim, este autor afirmou que a memória (individual ou coletiva) possui lembranças quase imutáveis que se relacionariam a aspectos conjunturais (acontecimentos e valorização ou desvalorização de determinados personagens, dentre outros). Mais ainda, a memória se forjou a partir de eventos, indivíduos e espaços, existindo a possibilidade da ocorrência de “memórias herdadas”,^{xxxii} potencialmente alteráveis em função da projeção de eventos, indivíduos e espaços e que, se por um lado acarretariam problemas para a narrativa, por outro indicariam quais elementos causaram forte impressão nos depoentes.

Tal processo derivaria, em grande parte, da própria construção da memória, fenômeno marcado pela seletividade e pelo momento histórico em que as lembranças viriam à superfície. Ao mesmo tempo, conforme já assinalamos, a memória contribui para a elaboração de identidades, em especial durante os períodos marcados pelo antagonismo, quando se busca a ampliação máxima do capital simbólico, de modo a possibilitar o predomínio social e/ou político de determinado grupo ou facção.

“ A memória especificamente política pode ser motivo de disputa entre várias organizações. Para caracterizar essa memória constituída, eu gostaria de introduzir o conceito de trabalho de enquadramento da memória. Vale dizer: há um trabalho que é parcialmente realizado pelos historiadores^{xxxii}

Com isto, a confecção de interpretações analíticas (e coerentes) a respeito do passado articula-se à confrontação política, ou seja, demarcam-se as posições a partir das quais

travam-se as batalhas pela manutenção – ou conquista – da direção cultural de uma sociedade historicamente definida.

Helenice Rodrigues da Silva também analisou a relação entre memória e história.^{xxxiii} Assim, após citar a atual indissociabilidade entre memória e história, esta autora abordou os usos da lembrança na sociedade contemporânea, a partir da seleção de acontecimentos e personagens agraciados com a imortalidade, em detrimento da plêiade de outros eventos e indivíduos destinados a se perderem nas brumas do tempo.

Durante inúmeras gerações os historiadores questionaram a legitimidade da memória individual, associando-a à imaginação. A partir dos estudos desenvolvidos por Halbwachs, no alvorecer do século XX e simultâneos à emergência da Psicanálise tal como a formulara Freud, a memória passou a ser compreendida como fenômeno social, isto é, as lembranças (e esquecimentos) individuais se relacionam com as experiências coletivas – quaisquer que sejam estas últimas. *“Nossas lembranças se fortificam graças às narrativas coletivas que, por sua vez, se reforçam por meio das comemorações públicas de acontecimentos que marcaram a história coletiva.”*^{xxxiv}

Assim, a partir das décadas de 1980 e 1990, através da formulação de identidades, foi possível romper com a separação entre história e memória, embora ainda persistam dificuldades nesta relação, dentre as quais se destacam: ocultação de acontecimentos julgados traumáticos, refutação da existência de tais acontecimentos e, posteriormente, uma quantidade significativa de produção memorialística a respeito dos eventos anteriormente considerados polêmicos.

A memória, portanto, pressupõe não apenas a lembrança, mas também o esquecimento e, devido à semelhante tensão (recordar/apagar), apresenta-se como um objeto potencialmente manipulável, em especial sob a forma de comemorações.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEISS, Luiz. “Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar”. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *História da vida privada no Brasil, v. 4: Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 319-409, 1998.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.
- FICO, Carlos. “Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão”, In: Jorge Ferreira, Lucília de Almeida Neves Delgado (orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FICO, Carlos. *Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- _____. *Reinventando o Otimismo: Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- GASPARI, Élio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. 7ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

ⁱ COTRIM, Gilberto. *História e consciência do Brasil, v. 2: da independência aos dias atuais*. 12ª ed., São Paulo: Saraiva, 2000.

ⁱⁱ SCHMIDT, Mario Furley. *Nova história crítica*. 2ª ed., São Paulo: Nova Geração, 2002.

ⁱⁱⁱ RODRIGUE, Joelza. *História em documento*. São Paulo: FTD, 2006.

^{iv} PILETTI, Néelson. *História e vida integrada, v. 4*. São Paulo: Ática, 1999.

^v MARQUES, Adhemar Martins. *História: Os Caminhos do Homem, v. 4*. Belo Horizonte: Editora Lê, 1993.

^{vi} MARQUES, Adhemar Martins. *História*. Op. cit., p. 258.

^{vii} Ademais, o texto apresenta, no mínimo, uma informação equivocada, ao afirmar que a Junta Militar realizou a eleição do general Médici em função da morte de Costa e Silva. Cf. MARQUES, Adhemar Martins. *História*. Op. cit., p. 258.

^{viii} Id., *ibid.*, p. 264-265

^{ix} Id., *ibid.*, p. 266.

^x COTRIM, Gilberto. *História e consciência do Brasil*. Op. cit., p. 475.

^{xi} Id., *ibid.*, p. 475.

^{xii} Id., *ibid.*, p. 476.

^{xiii} Id., *ibid.*, p. 477.

^{xiv} SCHMIDT, Mario Furley. *Nova história crítica*. Op. cit., p. 274.

^{xv} Id., *ibid.*, p. 280.

^{xvi} Id., *ibid.*, p. 278.

^{xvii} Id., *ibid.*, p. 279.

^{xviii} Id., *ibid.*, p. 283.

^{xix} Id., *ibid.*, p. 275.

^{xx} Id., *ibid.*, p. 275.

^{xxi} Id., *ibid.*, p. 275.

^{xxii} Id., *ibid.*, p. 275.

^{xxiii} Igualmente, este autor justifica a luta armada como uma reação de parte dos grupos progressistas ao fechamento do regime, desconsiderando, entretanto, que antes do AI-5 já houvera tentativas de implantar a luta armada – como, por exemplo, o grupo capturado na Serra do Caparaó.

^{xxiv} ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: Marieta de Moraes Ferreira (org.) *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 95.

^{xxv} NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo, PUC/SP, n. 10, dezembro de 1993, p. 15.

^{xxvi} Idem, *ibidem*, p. 9.

^{xxvii} Idem, *ibidem*, p. 9.

^{xxviii} POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Revista Estudos Históricas*, v.2, n.3. Rio de Janeiro, 1989, p. 8.

^{xxix} Idem, *ibidem*, p. 9.

^{xxx} Idem, *ibidem*, p. 10.

^{xxxi} POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: *Revista Estudos Históricas*, v.5, n.10. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1992, p. 201.

^{xxxii} Idem, *ibidem*, p. 205.

^{xxxiii} SILVA, Helenice Rodrigues da. Rememoração/ Comemoração: as utilizações sociais da memória. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, nº 44, p. 425-438, 2002.

^{xxxiv} Idem, *ibidem*, p. 428.